



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006165-41.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Concessão**
 Requerente: **Maria Jose de Oliveira**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação na qual a autora pretende o recebimento de pensão por morte, bem como o pagamento das pensões atrasadas desde e data do óbito, sob o fundamento de que manteve união estável com Pedro Calafatti, pelo período aproximado de dois anos, que perdurou até a sua morte, tendo feito pedido administrativo, que foi negado.

A antecipação da tutela foi indeferida às fls. 27-28.

Em contestação às fls. 34-35, a requerida alega que cabia à autora apresentar ao menos três documentos que comprovasse a união estável, nos termos da legislação vigente, o que não foi feito; que consta do B.O. Que a autora telefonou para o sr. Pedro e, como ele não atendeu, "deslocou-se até a casa dele"..., o que demonstraria que não viviam sob o mesmo teto e que não foi a autora a declarante na certidão de óbito, da qual consta que o falecido era viúvo, não havendo qualquer menção ao nome da autora a convivência teria sido por apenas um ano e onze meses, sendo que as fotos demonstrariam apenas um momento especial entre amigos ou namorados.

O feito foi saneado, tendo sido designada audiência de instrução, na qual foram ouvidas testemunhas e colhido o depoimento pessoal da autora.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece parcial acolhimento.

A condição de beneficiário de *pensão* deve ser verificada no momento do óbito, nos termos da Súmula 340 do E. STJ: “A lei aplicável à concessão de *pensão* previdenciária


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por *morte* é aquela vigente na data do óbito do segurado.” Fixada esta premissa, o servidor faleceu em 10/06/2015 (fl. 11), após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 1.012, de 05/07/2007 que alterou a Lei Complementar Estadual nº 180/78. Antes da modificação supramencionada, constava do art. 147 da Lei Complementar Estadual nº 180/78 que: “São beneficiários obrigatórios do contribuinte: I – o cônjuge sobrevivente; II – os filhos incapazes e os inválidos, de qualquer condição ou sexo e as filhas solteiras; III – os pais do contribuinte solteiro, viúvo, separado judicialmente ou divorciado, desde que vivam sob sua dependência econômica, mesmo quando não exclusiva, e não existam outros beneficiários obrigatórios ou instituídos nos termos do artigo 152. § 1.º – Os filhos legitimados, os naturais e os reconhecidos equiparam-se aos legítimos. § 2.º – Atingindo o filho beneficiário a idade de 21 (vinte e um) anos, ou a de 25 (vinte e cinco) anos se estiver frequentando curso de nível superior, cessa o seu direito à *pensão*. § 3.º – A *pensão* atribuída ao incapaz ou inválido será devida enquanto durar a incapacidade ou invalidez e à filha solteira até o casamento. § 4.º – Mediante declaração escrita do contribuinte, os dependentes enumerados no inciso III deste artigo poderão concorrer com o cônjuge e com as pessoas designadas na forma do artigo 152, salvo se existirem filhos.” Ocorre que o art. 5º, I, da Constituição Federal de 1988, determina que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e equiparou o casamento à união estável no art. 226 (§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.) Não bastasse, o seu art. 201 diz que : “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: ... V - *pensão por morte* do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)”.

Sendo assim, é evidente o direito da autora ao recebimento do benefício pleiteado em razão do falecimento de seu companheiro em decorrência da equiparação da união estável ao casamento conforme consta do art. 226, § 3º, da Constituição Federal.

Para adequar a Lei Complementar 180/78 à ordem constitucional, a Lei Complementar nº 1.012, de 05/07/2007, alterou a redação do artigo 147 da LC 180/78 nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seguintes termos: “São dependentes do servidor, para fins de recebimento de *pensão*: I - o cônjuge ou o companheiro ou a *companheira*, na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável.”

Frise-se que, ao contrário do sustentado pela requerida, a união estável entre a autora e o servidor restou comprovada pela prova oral e documental produzida. Com efeito, os elementos de prova carreados aos autos demonstraram que a autora e o servidor, mantiveram união estável por quase dois anos, que perdurou até o falecimento dele.

As testemunhas esclareceram que a autora tinha uma casa, na qual morava o seu filho solteiro, tendo ela passado a morar com o falecido, apresentando-se à sociedade, como se sua mulher fosse, sendo, inclusive, que pretendiam se casar.

Oportuno destacar que o valor do benefício deverá observar o disposto no artigo 144 a Lei Complementar n.º 180/1978, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 1.012/2007, que assim dispõe: “O valor inicial da *pensão* por *morte* devida aos dependentes de servidor falecido será igual à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se deu o óbito, ou à dos proventos do inativo na data do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, de que trata o artigo 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela que exceder a este limite”.

Por outro lado, nos termos do artigo 148 da Lei Complementar n.º 180/1978, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n.º 1.012/2007, “Como a *morte* do servidor, a *pensão* será paga aos dependentes, mediante rateio, em partes iguais. § 2º O pagamento do benefício retroagirá à data do óbito **quando requerido em até 60 dias depois deste**, o que não ocorreu. § 3º O pagamento do benefício será feito **a partir da data do requerimento** (hipótese dos autos) quando ultrapassado o prazo previsto no § 2º deste artigo” (grifos meus).

In casu, o requerimento administrativo ocorreu somente em 06/01/16 (fls. 20).

Destarte, o pagamento do benefício deverá retroagir a partir da data do requerimento do benefício na via administrativa.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

reconhecer à autora o direito ao benefício da *pensão por morte* em razão do falecimento de seu companheiro e condenar a requerida ao pagamento das diferenças em atraso, a partir da data do requerimento do benefício junto à via administrativa, respeitada a prescrição quinquenal, se o caso, contada retroativamente à data do ajuizamento da demanda.

As verbas atrasadas serão corrigidas monetariamente (de acordo com a tabela do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, modulada em razão da declaração de inconstitucionalidade da Lei Federal n.º 11.960/2009) a partir dos respectivos vencimentos e acrescidas de juros de mora (nos termos da Lei Federal n.º 11.960/2009), não declarada inconstitucional neste ponto), a partir da citação.

Reconheço a natureza alimentar do débito.

Tendo havido sucumbência mínima da autora, condeno a ré ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, sendo isenta de custas, na forma da lei.

No caso de ultrapassar o teto do art. 496, § 3º, inciso II, do Código de Processo Civil, ao reexame necessário.

P.I.

São Carlos, 14 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**